

Artigos

O impacto do trabalho informal na cidade de Paraíso do Norte – Paraná

Larissa Queiroz de Alchimim¹; Patrícia Aparecida Vieira¹; Daniel Malheros Vitto²; Sirlene Siqueira Alves³

¹ Graduada em Administração pela União Brasileira das Faculdades (UniBF)

² Professor de Curso Superior e Pós-Graduação (UniBF) e especialista em Gestão Financeira, Contábil e Auditoria (UNESPAR)

³ Professora, Mestre, orientadora do Curso de Administração (UniBF)

✉ larissaqueirozes@hotmail.com; paty_pav@hotmail.com; danielvitto@gmail.com; sirlene.rh@gmail.com

Palavras-chave:

Trabalhadores.
Informais.
Contribuição
Previdenciária.

Resumo

Diversas queixas são apresentadas pelos moradores da cidade Paraíso do Norte em relação a dificuldade de encontrar um emprego registrado, o que os fazem procurar uma outra maneira de garantir sua subsistência, trabalhando informalmente. Diante de tal conjuntura, foi desenvolvida essa pesquisa com o objetivo de identificar o número de pessoas que usam o trabalho informal para a captação de seus recursos na referida cidade, localizada ao Noroeste do Estado do Paraná, e, enfatizando também, por meio dos dados registrados, como essa modalidade de trabalho pode impactar em suas vidas. A pesquisa realizada teve caráter qualitativo e quantitativo, aplicou-se, portanto, um questionário a uma população amostral de cem municípios. Observou-se um resultado interessante, uma vez que o município em tela é considerado de pequeno porte, com 13.830 habitantes. Conforme dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o número de pessoas que não possuem sua carteira assinada é bem relevante, totalizando 52,7 % das pessoas que responderam às perguntas. Eles foram questionados também sobre recolhimento de contribuição previdenciária, o real motivo, a quanto tempo trabalham informalmente, as atividades exercidas, sua escolaridade, sexo e faixa etária. A partir da coleta de dados, pode-se verificar que dos 52,7 % de trabalhadores informais, o que predominam são trabalhadores informais que efetuam o recolhimento de contribuição previdenciária, e que estão trabalhando nessa modalidade por não conseguirem trabalho registrado, exercendo vendas como atividade predominante.

1 INTRODUÇÃO

O desemprego vem preocupando a sociedade da Cidade de Paraíso do Norte, localizada no noroeste do Paraná, haja vista se tratar de um município de pequeno porte, em âmbito territorial e populacional, sendo que, a oferta de mão de obra está diretamente ligada com as vagas de empregos disponíveis na região.

Diante deste cenário, muitos habitantes estão trabalhando de maneira informal, ou seja, sem vínculos registrados em carteira de trabalho, geralmente desprovidos de amparos sociais.

Os trabalhadores na economia informal constituem expressiva parcela do mercado de trabalho. O trabalho informal, não pode ser visto como algo negativo, pois é uma forma digna de auferir renda e garantir o seu sustento, porém, pode deixar consequências para o trabalhador, na sua vida e de sua família, bem como, desencadear impactos na sociedade em geral.

A problemática aqui enfatizada, não é a chamada “Nova Informalidade”, que segundo Tavares (2004), envolve os terceirizados, trabalhadores temporários, autônomos e trabalhadores flexíveis. Mas, trata, sobretudo, de pessoas que, a partir do desemprego, ou da dificuldade de encontrar um emprego com carteira assinada, em uma indústria, no comércio ou em qualquer outra empresa, utilizaram-se de atividades informais, como ser vendedor de algum produto ou alimento, vendedor ambulante, empregadas domésticas, diaristas, cozinheiras que fazem bolos, doces, salgados ou outro tipo de alimento para vender. São pessoas que trabalham por conta própria e costumam possuir menor escolaridade e qualificação.

O objetivo do presente trabalho é engajado em adquirir conhecimento acerca dessa parcela da população na cidade de Paraíso do Norte, analisando a quantidade de pessoas que trabalham sem carteira assinada, verificando se fazem o recolhimento de contribuição previdenciária nas atividades exercidas, qual o grau de escolaridade, sexo, faixa etária, o motivo e há quanto tempo estão trabalhando na informalidade.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Este capítulo irá abordar os conceitos e os impactos econômicos e sociais causados pelo trabalho informal, partindo do plano nacional para uma melhor compreensão do tema.

2.1 CONCEITO

Segundo Cacciamali (2000) o conceito de informalidade surgiu em países subdesenvolvidos e industrializados, e indicam as atividades que não estão sobre legislação do Estado, seja essa trabalhista ou tributária. A autora destaca que, por estarem fora de legislação vigente, são deixadas de prestar algumas informações, como o volume de mercadoria comercializada, número de empregos gerados e nível de produção, que empresas e pessoas que possuem trabalho formal sofrem severas fiscalizações e autuações se deixarem de fornecer algumas dessas informações. Segundo a mesma, o trabalho informal surgiu pela primeira vez quando foi citado pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) em relatórios de Programa Mundial de Emprego sobre Gana e o Quênia em 1972.

De acordo com Rosembueth, da CEPAL (2015), consideram-se como integrantes dos trabalhadores informais, aqueles que trabalham por conta própria, trabalhadores familiares sem remuneração e os empregados domésticos. Define o setor informal, como um segmento, em que o trabalho é instável, precário, de baixa produtividade, de menor rendimento e de tecnologia rudimentar.

2.2 Impactos Econômicos

Segundo Myrian Matsuo (2009), as atividades informais teriam os seguintes elementos segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho):

1. Baixos requerimentos em termo de capital, capacitação e organização;
2. Empresas familiares ou individuais;
3. Operações em pequena escala;
4. O aporte de recursos é de origem doméstica;
5. Sistema produtivo adaptado em tecnologia antiquada;
6. Há facilidade de entrada.

De acordo com a CUT - Central Única dos Trabalhadores (2019), a situação já se mostrava dramática para 34,3 milhões de trabalhadores que estão no mercado de trabalho sem carteira assinada, são os chamados informais ou autônomos, e não estão contribuindo com os encargos sociais, por não possuírem renda, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNDA Contínua do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 2018.

Nos últimos índices publicados pelo IBGE, em 31 de janeiro de 2020, ou seja, do último trimestre de 2019, a taxa de desemprego no Brasil ficou em 11%, atingindo 11,6 milhões de pessoas. Já no Estado do Paraná, no primeiro trimestre de 2019, o número de desempregados soma 536 mil, o que representa uma taxa de 8,9%, taxa maior em comparação com mesmo período do ano de 2018, com crescimento

de 67 mil desempregados. Embora esses números sejam altos, as pesquisas do IBGE, apontam o Paraná como um dos estados com menor taxa de desemprego do Brasil.

Analisando agora as taxas de informalidade, os índices do IBGE mostram que no Brasil, a porcentagem foi de 41,1 % da população no ano de 2019, de 40,8% em 2018, 40,2% em 2017 e 39,0% em 2016, o que nos mostra um crescimento constante a cada ano. Olhando agora para o Paraná, temos em 2019 uma taxa de informalidade de 34,3% da população ocupada, 35,5% no ano de 2018, 34,9% no ano de 2017 e 32,8% em 2016.

Segundo essa mesma pesquisa, o IBGE apontou uma queda desde o ano de 2016 no número de pessoas que contribuem para a Previdência Social, a maior proporção encontra-se na região Sul 75% e a menor, no Norte com 44%. Entre os estados, a contribuição chega a 81,2% em Santa Catarina, sendo que no Paraná esse percentual é de 38,4%.

2.3 Impactos Sociais

De acordo com Beloque, a informalidade é causadora de muitos impactos sociais:

No capitalismo, a pobreza não decorre apenas de desastres climáticos, de desgraças que desestruturam a vida familiar, como a viuvez, a orfandade e outros infortúnios pessoais, mas da própria produção da riqueza. Há um contingente da população, composto de empregados, desempregados, trabalhadores “informais” que é a mais significativa concretização da relação de dependência aos que se apropriaram das condições de realização do trabalho. (Beloque, 2007 p. 10).

Ainda, segundo o autor, esses trabalhadores estão à margem da ilegalidade, pois furtam-se dos recolhimentos de impostos, e desobedecem às normas que regulam as atividades econômicas e fiscais, entretanto, essa escolha não é obstinadamente perseguida, pois se trata mais da incapacidade de sua legalização, porque os mesmos não tem os recursos e nem o dinheiro necessário para constituir e manter uma empresa com o requerido para a sua gestão. A falta de recolhimentos dos impostos para a previdência social, é um dos maiores impactos.

De acordo com Consonante Neri e Fontes (2010), a não contribuição trabalhista e previdenciária, gera um grupo de indivíduos desprotegidos de fatalidades, como em relação à saúde, maternidade, bem como de sua situação para a velhice. Não ter carteira assinada no Brasil é sinônimo de exclusão do sistema de proteção social vinculada à carteira de trabalho assinada, como férias, décimo terceiro salário, fundo de garantia por tempo de serviço, licença maternidade, licença médica, auxílio doença, auxílio acidente de trabalho, impossibilidade de acessar o seguro desemprego e a exclusão de alguns mercados, como o de crédito, por não terem como comprovar seus rendimentos.

Os autores Consonante Neri e Fontes (2010), afirmam que os informais também apresentam uma flutuação da renda, pois não possuem um piso salarial, sua renda pode ser bastante variável, e ficam também sujeitos a sazonalidade, pois boa porcentagem dessa classe, dependem da compra e venda de bens ou serviços. “No binômio de alta informalidade/carga tributária do Brasil, poucos pagam muitos impostos enquanto muitos pagam pouco ou nenhum imposto”. (Neri e Fontes, 2010, p. 17 e 18).

De acordo com Neri e Fontes (2010), a decisão de ser trabalhador por conta própria se deu pela escassez de trabalhos formais, desmotivados por baixos salários e pelo desemprego ou por vontade própria, onde, aproximadamente 30% abrem um negócio por não encontrarem emprego, e 18% para complementar a renda. Ou seja, a maioria desses negócios, não surgem de espíritos empreendedores, mas sim como alternativa de sobrevivência. E assim mesmo, eles conseguem encontrar seus benefícios não pecuniários, como ter o horário flexível, e não ter que seguir uma hierarquia, não ter um patrão. O empreendedorismo por necessidade está relacionado com o baixo grau de instrução dessas pessoas. Sobre o baixo grau de instrução dessa população, Daugherty e Wilson (2019), mostram que a inteligência artificial, tecnologia e os softwares não são mais ideias futuristas, eles já fazem parte de nosso presente, e para os empresários, donos das empresas, é ótimo investir em robôs, métodos que facilitam, diminuem o tempo da produção, e assim produzindo mais, em menos tempo, para eles é sinônimo de um lucro maior, o que os fazem crescer os olhos ainda mais nessa tecnologia do que na mão de obra humana,

que em longo prazo, os salários e os benefícios que devem ser pagos, somam bem mais, do que o investimento em uma máquina, por exemplo.

Assim sendo, essa é mais uma problemática social do século XXI, a substituição do ser humano pela máquina. Quem precisa continuar nesse mercado de trabalho, com essas vagas de emprego sendo diminuídas tão drasticamente, faz se necessário investir em qualificação profissional para ter o conhecimento necessário para operar essas máquinas.

2.4 Trabalho Informal x Trabalho Formal

Machado, Oliveira e Antigo (2008), combinam a definição de regulação do trabalho, ou seja, carteira assinada como característica de formalidade e sem carteira assinada como informalidade. Entende que o setor informal engloba aquelas atividades não incorporadas pela atividade capitalista, pois a lucratividade delas não é compatível. Dessa forma, as autoras, estabelecem como informal os trabalhadores que se auto declaram conta própria, exceto as ocupações de profissionais liberais, e os empregados sem carteira assinada.

De acordo com essa categorização, o setor formal seria constituído pelos empregados assalariados com carteira (doméstico ou não), funcionários públicos e militares, empregadores e profissionais liberais, consonante a obra das autoras citadas no parágrafo anterior.

O trabalho informal tem a vantagem de a pessoa poder trabalhar em seu próprio ritmo, trabalhando à sua maneira, não tendo de prestar contas a ninguém, tem a liberdade de conciliar sua vida profissional e pessoal. Porém, podem sofrer com estabilidade, pois por não terem um vínculo, não tem um salário fixo.

Por sua vez, o trabalho formal tem total amparo em relação a garantia do salário mínimo, proteção e amparo da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), e também uma rotina, pois geralmente são estipulados horários fixos de trabalho, como o horário comercial, que é das 08:00 às 18:00 horas.

3 METODOLOGIA

O primeiro método utilizado foi a pesquisa bibliográfica com leitura de autores por meio de livros, artigos, monografias, para encontrar respostas aos objetivos propostos na interpretação das leituras, para a compreensão da proposta escolhida.

Segundo Cerro, Bervian e Silva (2007), a pesquisa bibliográfica é realizada quando se busca um domínio sobre determinado conteúdo, além de ser um procedimento básico para a realização de monografias. Gil (2007, p. 44) acrescenta “que os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são sobre investigações, ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema.”

Os exemplos mais característicos desse tipo de pesquisa são sobre investigações, ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema.

A metodologia utilizada baseou-se também na pesquisa exploratória, cuja finalidade foi o levantamento de dados e informações de forma a aumentar a familiaridade com os problemas e hipóteses citados ao longo do artigo a respeito da informalidade do trabalho de cidadãos. Gil (2007, p. 44)

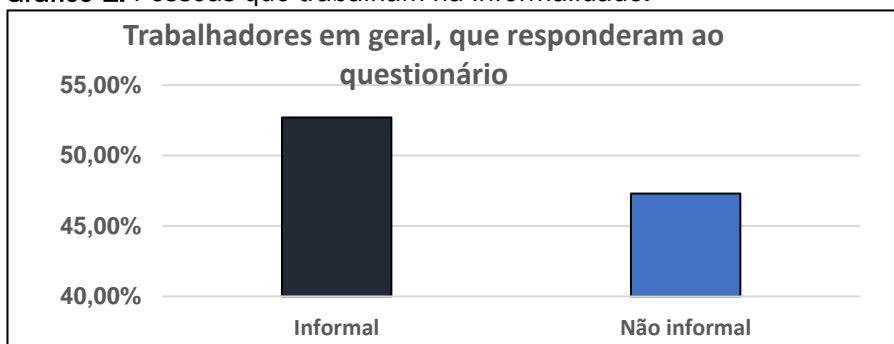
Cerro, Bervian e Silva (2007) definem pesquisa exploratória como caracterizante pelo detalhamento de informações de um assunto, que até o momento é pouco abordado, suas descrições e dos elementos relacionados ao mesmo. Tem como objetivo encontrar hipóteses e ter uma nova percepção de ideias. As técnicas usadas para a elaboração dessa pesquisa, foram por meio de questionários eletrônicos e impressos, iniciado no mês de fevereiro do ano de 2020, utilizando-se da abordagem quali-quantitativa ou mista.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O questionário aplicado a 100 residentes da cidade de Paraíso do Norte abordou as seguintes questões: se são trabalhadores registrados, sexo, escolaridade, faixa etária, no caso de não serem registrados, quais atividades exercem para receber uma remuneração, por qual motivo e por quanto tempo trabalham na informalidade e se efetuam recolhimento de contribuição previdenciária.

Dos funcionários que responderam às perguntas, 52,7% afirmaram que não possuem emprego com carteira assinada, ou seja, são trabalhadores informais, e 47,3% possuem um trabalho registrado, conforme demonstrado no Gráfico 1.

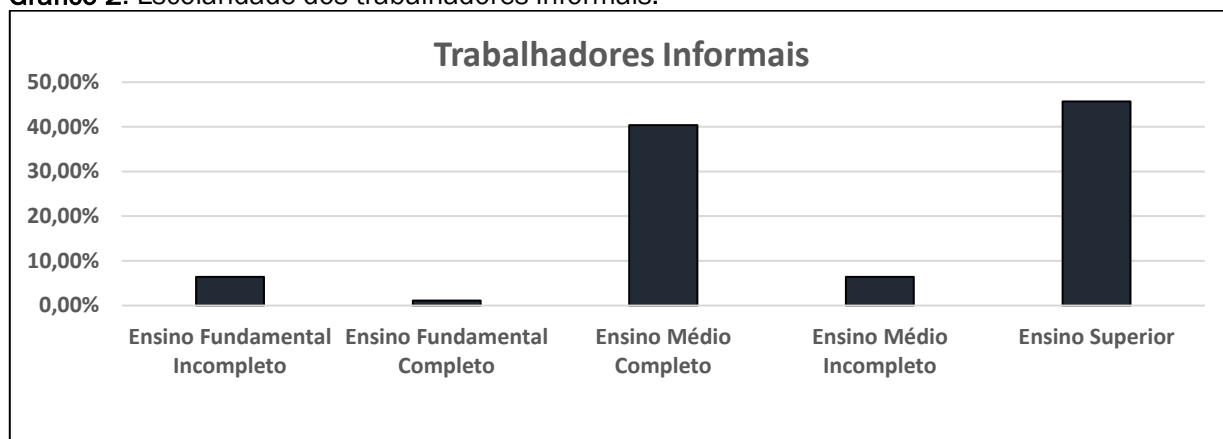
Gráfico 1. Pessoas que trabalham na Informalidade.



Fonte: As autoras (2020).

Quando questionados, sobre sua escolaridade, os trabalhadores informais, responderam que 1,1% possui o ensino fundamental completo, 6,4% possuem o ensino fundamental incompleto, 40,4% possuem ensino médio completo, 6,4% ensino médio incompleto e 45,7% tem o ensino superior completo, conforme o Gráfico 2 demonstrado abaixo:

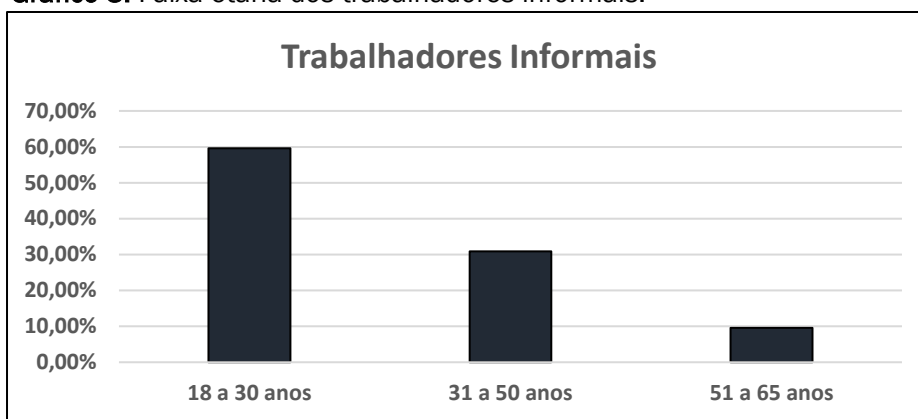
Gráfico 2. Escolaridade dos trabalhadores informais.



Fonte: As autoras (2020).

Quanto a faixa etária dos trabalhadores informais, 59,6% possuem de 18 a 30 anos, 30,9% tem de 31 a 50 anos e 9,6% de 51 a 65 anos de idade, conforme o Gráfico 3 a seguir:

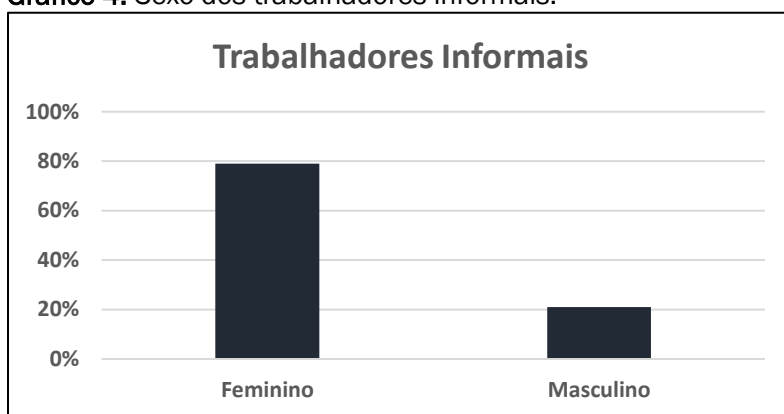
Gráfico 3. Faixa etária dos trabalhadores informais.



Fonte: As autoras (2020).

Sobre o sexo dos trabalhadores informais, 80% é feminino e 20% é masculino, conforme indicado no Gráfico 4.

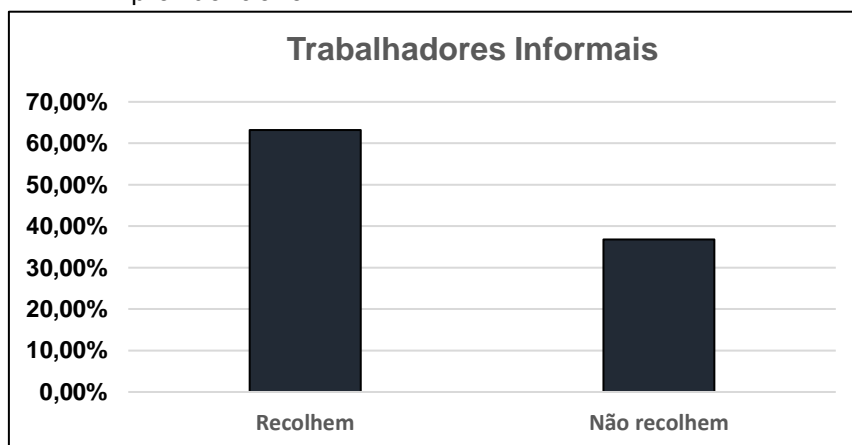
Gráfico 4. Sexo dos trabalhadores informais.



Fonte: As autoras (2020).

Da porcentagem de pessoas, que responderam que trabalham na informalidade, 63,2% contribuem para o INSS (Instituto Nacional de Seguro Social) e 36,8% afirmaram que não efetuam o recolhimento, conforme detalhado no Gráfico 5 a seguir:

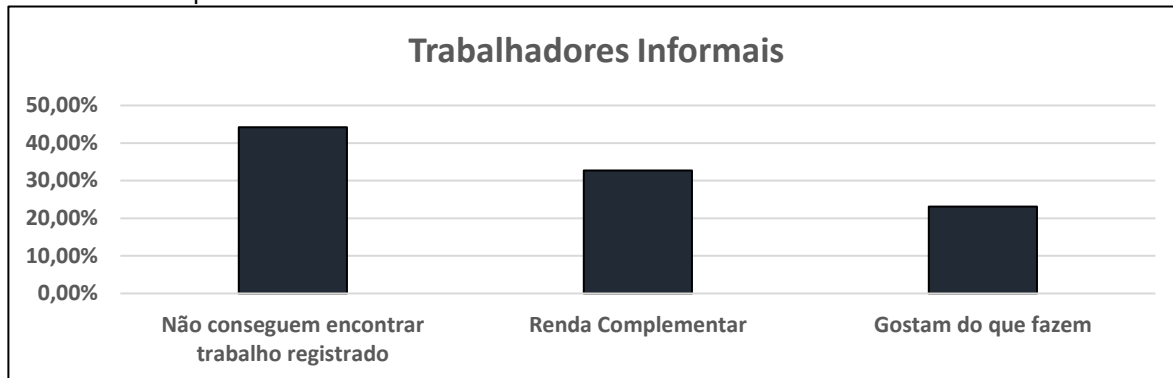
Gráfico 5. Trabalhadores Informais que efetuam e não efetuam o recolhimento de contribuição previdenciária.



Fonte: As autoras (2020).

A partir da amostra de trabalhadores informais que temos, considerando-os como 100% foi feita uma pergunta pelo qual motivo eles trabalham dessa maneira, e a maioria respondeu que é porque não conseguem encontrar um trabalho registrado, totalizando 44,2%, outros 32,7% disseram que utilizam dessa forma de trabalho para ganhar dinheiro complementar e 23,1% responderam que gostam do que fazem. Observe o Gráfico 6:

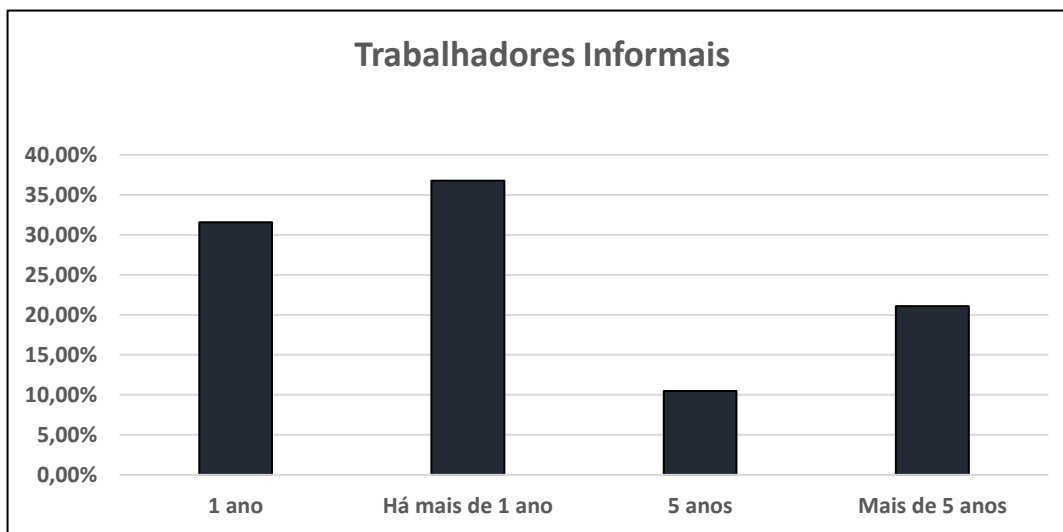
Gráfico 6. Por que trabalham informalmente?



Fonte: As autoras (2020).

Perguntamos também há quanto tempo eles estão na informalidade, 36,8% trabalham há mais de um ano, 31,6% há um ano, 21,1% há mais de cinco anos e 10,5% há cinco anos. Observe o Gráfico 7.

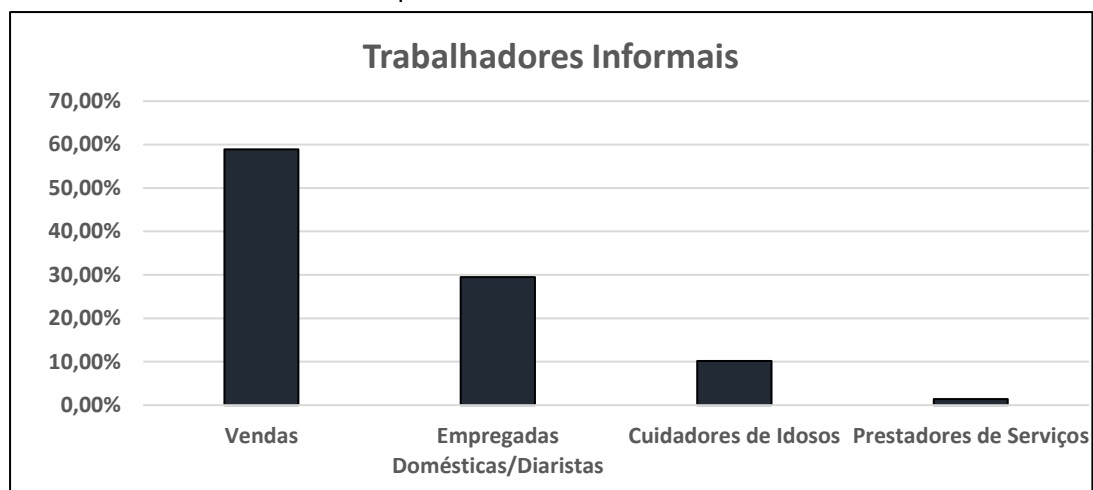
Gráfico 7. Período que estão na informalidade?



Fonte: As autoras (2020).

Os participantes foram questionados sobre as atividades que exercem, 58,9% responderam que trabalham com vendas, 29,5% disseram que são empregadas domésticas ou diaristas, 10,2% são cuidadores de idosos e 1,4% são prestadores de serviços, conforme o Gráfico 8 a seguir:

Gráfico 8. Atividades exercidas por trabalhadores informais.



Fonte: As autoras (2020).

Através dos dados obtidos pode-se concluir que da amostra de 100 pessoas da população de Paraíso do Norte, a maioria trabalha sem registro, caracterizando trabalho informal, sendo quase 53%. Desses trabalhadores informais, a escolaridade predominante é de pessoas que possuem o ensino médio e superior completo, não podendo justificar então que não conseguem um emprego com salário fixo e amparado, por não terem estudo. O gênero predominante é da mão de obra feminina, o que também pode ser observado através das atividades desempenhadas que são tarefas na maioria das vezes, desempenhadas por mulheres, como o próprio nome atribui, diaristas, empregadas e domésticas, o que não está relacionado com a atividade econômica da cidade, a agroindústria, onde a maioria da mão de obra demanda muito esforço físico e assim são desempenhadas e empregam mais o gênero masculino.

5 CONCLUSÃO

A Cidade de Paraíso do Norte possui uma população estimada de 13.830 habitantes e uma área territorial de 204,564 km² sendo no ano de 2019 segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), considerada uma cidade de pequeno porte. Dos 100 trabalhadores entrevistados, pouco mais da metade, quase 53%, responderam que trabalham informalmente. Aproximadamente 64% dos trabalhadores responderam que fazem recolhimento para previdência, um ponto muito positivo, pois pôde ser verificado que estão cientes de que se não fizerem isso, podem ter vários problemas, como, sofrerem algum acidente de trabalho, ou se futuramente quiserem gozar do modelo atual de aposentadoria. O grande número de trabalhadores informais não pode ser justificado pela baixa escolaridade, pois a maioria possui ensino médio completo e superior completo, e ainda assim não conseguem ter um emprego registrado.

Um ponto relevante, é a questão de gênero, pois 80 % dos interrogados são do gênero feminino, ou seja, existem mais pessoas do gênero masculino empregadas registradas, do que feminino.

Da amostra de trabalhadores informais selecionados, predominam os jovens, 59,6% possuem entre 18 a 30 anos, e as atividades predominantes nessa modalidade são as vendas, cuidadores de idosos, empregadas domésticas, diaristas e prestadores de serviços. Por não conseguirem trabalho registrado, exercem essas atividades para adquirir uma renda complementar ou porque gostam de trabalhar independente, sendo adeptos dessa modalidade há um período de um ano ou mais.

REFERÊNCIAS

BELOQUE, Leslie Denise. **“A cor do “trabalho informal”**. São Paulo. 2007.

CACCIAMALI, Maria Cristina. **As economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda**. Ed. São Paulo, 2000.

CACCIAMALI, Maria Cristina (2000). **Globalização e Processo de Informalidade. Economia e Sociedade.** Campinas: Unicamp. I.E., nº 14, p. 152-174, junho

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CUT – Central Única dos Trabalhadores (2019). Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/trabalho-informal-segue-em-alta-e-pais-tem-quase-12-milhoes-de-desempregados-2e60>. Acesso em: 25 fevereiro 2020.

DAUGHERTY, Paul R. WILSON, H. James. **Humano + Máquina: Reinventando o trabalho na era da IA.** 1 ed. Alta books, (2019).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE (2019). Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26913desemprego-cai-em-16-estados-em-2019-mas-20-tem-informalidade-recorde>. Acesso em: 25 fevereiro 2020.

MACHADO, A.F.; OLIVEIRA, A.M.H.C.; ANTIGO, M. **Evolução do diferencial de rendimentos entre setor formal e informal no Brasil: o papel das características não observadas.** Revista de Economia Contemporânea, v. 12, 2008.

MATSUO, Myrian. **Trabalho informal e desemprego: desigualdades sociais.** São Paulo, 2009.

NERI, Marcelo. FONTES, Adriana. **Informalidade e trabalho no Brasil: causas, consequências, e caminhos de políticas públicas.** 2010.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT (2019). Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/oit/>. Acesso em 25 fevereiro 2020

ROSENBLUTH, Guillermo. **Informalidad y Pobreza en América Latina.** Revista de la CEPAL, nº 52, abril, 2015.

TAVARES. Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista. Informalidade e precarização do trabalho.** São Paulo: Cortez, 2004.